

“TRAMA DOCE-AMARGA”: AFINAL, ACABOU A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO CAMPO CANAVIEIRO DE PERNAMBUCO?¹

About the "Sweet-Bitter Plot": after all, has the children labor exploitation in the forest cane zone of Pernambuco state finished?

SILVA, Maurício Roberto da²

RESUMO

Este texto faz parte de uma pesquisa, cujo objetivo principal é “problematizar sobre o desvendamento da névoa de fumaça que encobre o fetiche dos dados estatísticos oficiais sobre a exploração do trabalho infantil na Zona da Mata canavieira pernambucana”. A investigação buscou revisitar as pesquisas que problematizam os dados estatísticos da exploração do trabalho de crianças na região. As conclusões provisórias apontam para uma manipulação dos dados estatísticos oficiais, que levam em conta apenas os dados quantitativos, sem nenhum questionamento sobre suas dimensões qualitativas. Percebe-se que os discursos ideológicos sobre o fetiche da diminuição ou da suposta erradicação da exploração do trabalho infantil estão diretamente atrelados à propaganda ideológica da inclusão social, em especial, cujo cerne é o Programa Bolsa Família. Aponta-se a necessidade da realização de mais pesquisas nas universidades e do efetivo envolvimento dos movimentos sociais e sindicatos na luta contra o uso político-ideológico dos dados estatísticos oficiais.

Palavras-chave: Exploração do Trabalho Infantil; Cana-de-açúcar; Estatísticas oficiais.

ABSTRACT

This text is part of a research whose main purpose is to discuss about the underreporting of official statistics about children labor exploitation in Pernambuco's sugar-cane forest zone, in Brazil. The investigation intended to revisit researches about child exploitation at the above mentioned area. The provisional findings suggest the manipulation of official statistics, which only look at the quantitative data, without any inquiry about the qualitative dimensions of this data. It realizes that the ideological discourses about the fetish of the reduction or presumed eradication of children labor exploitation is directly tied to the ideological publicity of social inclusion whose main flag is the "Family Aid" Program. Finally, is pointed the necessity of more universities researches, as well as more effective involvement of social movements and trade unions, in direction to rise news fronts of struggle against political and ideological use of official statistics.

Keywords: Children labor exploitation; Sugar-cane; Official statistics.

¹ Parte do trabalho apresentado no XIII Congresso Internacional da ALAS – Associação Latinoamericana de Sociologia, de 06 a 11 de setembro de 2011, em Recife. GT-18 - Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social.

² Professor da Pós-Graduação em Educação da UNOCHAPECÓ. E-mail: mauransilva@gmail.com

O PROBLEMA: MAIS PERGUNTAS DO QUE RESPOSTAS

Nas ilhas britânicas, de cada quatro empregos, um é temporário. Em numerosos casos, é tão temporário que não se entende por que é chamado de emprego. Para *massagear os números*, como dizem os ingleses, as autoridades, entre 1979 e 1997, mudaram os critérios estatísticos em trinta e duas ocasiões, até chegar à fórmula perfeita que é aplicada na atualidade: não está desempregado quem trabalha mais de uma hora por semana. Modéstia à parte, no Uruguai os índices do desemprego são calculados assim desde que tenho memória (GALEANO, 1999, p.177).

O objetivo deste texto é revisitar os dados qualitativos e quantitativos da tese de doutorado *O assalto à infância no mundo amargo da cana-de-açúcar: onde está o lazer? O gato comeu?*, produzida de 1996 a 2000 na Faculdade de Educação (Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação/DECISAE/UNICAMP), bem como do livro originado da citada tese *Trama Doce-Amarga: exploração do trabalho infantil e cultura lúdica* (2003). Trata-se de revisitar a tese com autocrítica do pesquisador diante de suas posições epistemológicas historicamente situadas e, ao mesmo tempo, de uma releitura dos dados bibliográficos e estatísticos, com vistas a dar continuidade aos estudos. Esse procedimento de retomada da tese se justifica em razão da necessidade de problematização do fetiche e da tentação dos números oriundos das estatísticas oficiais sobre a pretensa diminuição e/ou erradicação da exploração do trabalho infantil no Brasil e, em especial, no mundo do trabalho da cana-de-açúcar da Zona da Mata em Pernambuco.

A pergunta-síntese que consubstancia o título desse texto origina-se dos procedimentos teórico-metodológicos das produções supramencionadas. A pergunta indica as minhas intenções de pesquisa atuais e futuras (continuidade da pesquisa), não só da problemática da exploração do trabalho infantil na Zona da Mata canavieira pernambucana, mas também de outros mundos do trabalho.

A pesquisa se justifica em razão da afirmação sobre a suposta “diminuição” ou “erradicação” do trabalho infantil nessa região, apregoada pela propaganda do governo Lula em seus dois mandatos, além de alguns movimentos sociais, sindicatos e ONGs. A hipótese central é de que há, provavelmente, um possível “uso político das estatísticas” (SANTOS, 2002), cuja intenção é inculcar a ideia da diminuição e/ou a suposta erradicação do trabalho infantil, induzindo o fim da exploração na região. Essas hipóteses se consubstanciam na ideia de que esse fato se verifica, tendo como base os pressupostos ideológicos que apregoam a face social do neoliberalismo, no limiar das políticas de “inclusão social”. Em razão disso, há a necessidade de se desvendar a névoa de fumaça ideológica que se traduz na pseudoconcreticidade do fenômeno (KOSIK, 1976) e encobre a “dança dos números” sobre a exploração do trabalho de crianças nessa região que tem como evidência empírica e histórica a exploração secular dos trabalhadores adultos.

O fenômeno do uso político e de manipulação dos dados estatísticos tem como “pano de fundo” crítico a ideia de que a ideologia econômica neoliberal distorce, disfarça e manipula os dados da pobreza mundial, com o fim único de perpetuar o capital (CHOSSUDOVSKY, 1999). É um fenômeno que se verifica em articulação do Estado com a mídia, cujo resultado culmina com a

teatralização e “espetacularização do real” (VIELLA, 2008). A espetacularização do real articula-se com o “fetiche das estatísticas”, fomentando, de forma contraditória, uma espécie de banalização e visibilidade da ideia de infância empobrecida que, na lógica do capital, tem suas raízes na chamada “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997). A “linguagem espetacular” traduz o caráter fundamental da produção do real que afasta a realidade sob todos esses pontos de vista e na qual a forma-mercadoria é a igualdade confrontada consigo mesma, isto é, o fetiche do quantitativo materializado na “ilusão das estatísticas” (BESSION, 1995).

É importante destacar que essa distorção e manipulação dos dados sobre a pobreza mundial da classe trabalhadora e, consecutivamente, da exploração do trabalho infantil tem como fim único a perpetuação do modo de produção capitalista. A perpetuação do capital está assentada no desenvolvimento histórico desse próprio modo de produção, cujo objetivo é a autovalorização do capital, organizando-se através do trabalho humano, seja de adultos ou de crianças e jovens, com fim de extração de mais-valia. Todo esse processo se verifica em diferentes crises cíclicas do capital ocorridas em distintos períodos da história. A atual “crise estrutural do capital” é uma crise longa, duradoura, sistêmica e estrutural, que, a partir de suas contradições antagônicas de classe entre proletariado e burguesia (desigualdades sociais) e capital e trabalho (desemprego, subemprego), está destinada a piorar consideravelmente no estágio atual de desenvolvimento. Ela pode vir a se tornar mais aguda “no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais, mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida econômica, social e cultural” (MÉSZÁROS, 2009, p.12).

Em linhas gerais, o debate exploratório gira em torno da necessidade de desocultar a falsa polêmica referente à contradição inclusão x exclusão social e das contradições entre trabalho e capital (TAFFAREL, 2012). Aliado a esse intento, as reflexões teórico-metodológicas priorizam as evidências empírico-teóricas em torno da inegável devastação do modelo capitalista e sua crescente destruição das forças produtivas, cujas consequências recaem sobre os adultos, mas, sobretudo, nas crianças e nos jovens da classe trabalhadora. Há um esforço teórico-metodológico em apontar as contradições subjacentes às políticas públicas neoliberais, na tentativa de denunciar o falso dualismo entre quantidade e qualidade, que prioriza o fetiche do quantitativismo estatístico.

Um argumento importante para a delimitação desta pesquisa foi a pergunta-síntese: “É possível erradicar pela raiz a exploração do trabalho infantil no âmbito do capitalismo?” que fiz entre 1996 e 2003 durante o processo de produção da tese e do livro supramencionados. Essa pergunta mais genérica traz subjacentes outras questões de pesquisa, quais sejam: Por que os dados estatísticos são tão contraditórios? Como pode ser possível a diminuição dos dados ou até o “desaparecimento” da exploração do trabalho infantil, se a cada dia cresce vertiginosamente o número do desemprego estrutural dos adultos em todo o planeta e, aliado a isso, a consequente utilização da força humana das crianças para ajudar os pais? Decorrente dessa questão surge uma outra: Como o “discurso abolicionista das fontes nacionais e internacionais de pesquisa” (GARCIA, 2010) se coloca diante da “nova morfologia do trabalho” situada na crise estrutural do capital (ANTUNES,

2007), que é gestada no processo de reestruturação produtiva das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização? Dito de uma forma mais delimitada: Como é possível que medidas emergenciais e precárias de inclusão social possam ter impacto radical sobre o mundo do trabalho, em regiões como a Zona da Mata canavieira, se um terço da força humana de trabalho disponível, em escala planetária, encontra-se exercendo trabalhos parciais, precários, temporários ou vivenciando a barbárie do desemprego? Seria essa região uma exceção à regra neoliberal? Essas reflexões se justificam, considerando que há no senso comum acadêmico, em alguns movimentos sociais, ONGs e órgãos oficiais um clima de celebração pela redução dos dados estatísticos sobre o trabalho de crianças, assim como há poucos estudos acadêmicos a respeito. Realizar esta pesquisa é um desafio, pois trata-se de uma questão muito difícil de ser enfrentada, abstraída e resolvida, considerando as seguintes hipóteses oriundas das perguntas supramencionadas, tais como: (a) o trabalho infantil diminui à medida que aumenta a fiscalização ostensiva por parte dos órgãos do governo; e (b) o trabalho infantil diminui à medida que as crianças, os jovens e suas famílias estão sendo atendidos pelo Programa Bolsa Família.

INDICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE OS DADOS ESTATÍSTICOS E A SUPOSTA DIMINUIÇÃO OU ERRADICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL?

As reflexões sobre a natureza dos dados (qualitativa e quantitativa) têm como base o materialismo histórico-dialético (LEFEBVRE, 1975), a partir das leis sociológicas que caracterizam a vida em sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, do desenvolvimento da humanidade, que tem como pomo epistemológico e ontológico a trajetória histórica da exploração do trabalho infantil no modo de produção capitalista. O movimento dialético acerca da problemática em questão implica problematizar a totalidade da sociedade e as condições objetivas que resultam nas estatísticas sobre a exploração do trabalho infantil, sobretudo em relação às suas contradições, à transformação da quantidade e qualidade, às superações (manutenção ou diminuição dos dados).

O processo de investigação baseia-se na ideia de pesquisa exploratória, cujo objetivo é trazer para o debate acadêmico dados e questões que possam servir como um *continuum* das pesquisas realizadas e na atualização e confronto dos dados com os atuais e futuros estudos a serem realizados (MINAYO, 2007). O movimento teórico-metodológico em pauta busca recuperar os dados empírico-teóricos coletados no passado (SILVA, 2000, 2003), confrontado-os com os dados da atualidade que celebram a diminuição ou erradicação da exploração do trabalho infantil. Trata-se de uma pesquisa em andamento que se constitui de dois momentos, a saber: (1) Fase exploratória da pesquisa (fase atual), que consta da aplicação de entrevistas on-line em sindicatos e instituições governamentais (Ministério do Trabalho); e (2) Novas incursões *in loco* em engenhos, instituições governamentais, ONGs, movimentos sociais e, posteriormente, refinamento da coleta e análise dos dados.

Considerando a complexidade da chamada “dança dos números”, em especial da afirmação dos órgãos governamentais (Secretaria do Trabalho e

Emprego de Pernambuco) e não governamentais (ONGs, sindicatos e movimentos sociais), tive que lançar mão de uma combinação entre o questionário e a entrevista padronizada (THIOLLENT, 1982)³ destinada a duas instituições: (a) a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE; e (b) a Procuradoria do Trabalho e Membro do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco - FEPETIPE. Esses procedimentos estão sendo realizados em dois momentos: fase exploratória e novas incursões nos engenhos e órgãos oficiais, tendo em vista a multidimensionalidade e complexidade do problema que envolve, simultaneamente, a ideologização dos discursos e o fetiche dos números. Essas abordagens metodológicas urgem, considerando que venho percebendo ao longo dos últimos anos que, em virtude do advento da Bolsa Família e da fiscalização ostensiva do Ministério do Trabalho, há um grande alarde e uma propaganda sobre a diminuição do número de crianças trabalhando na cana. Com efeito, estes têm sido os argumentos dos órgãos oficiais de pesquisa e do Estado (Governo Lula) que conduzem à celebração em torno dos efeitos das políticas emergenciais e assistencialistas (SILVA, 2000, 2003) e, conseqüentemente, do uso político das estatísticas oficiais. Esses fatos justificam a realização de novas incursões empíricas a fim de captar, de forma provisória, valores e representações sobre as possíveis decifrações críticas dos dados estatísticos.

Para proceder à análise dos dados das fontes documentais, tais como questionários-entrevista e documentos estatísticos oficiais, tomei como referência os procedimentos hermenêutico-dialéticos (MINAYO, 2007), visando realizar uma análise documental crítica do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Esse procedimento implica um mergulho heurístico nas entrelinhas dos conteúdos expressos e velados, tendo como eixo epistemológico e ontológico as categorias e leis do materialismo histórico-dialético.

O texto faz análises críticas, apoiando-se em exemplos concretos de pesquisas já realizadas sobre os limites das estatísticas oficiais, destacando “o uso político das estatísticas” (SANTOS, 2002), no que pese as cifras sobre a exploração do trabalho de crianças e jovens (GARCIA, 2010; LIEBEL, 2003, 2006; SILVA, 2003, 2010, 2011; VIELLA, 2008; CONDE, 2010). Essas pesquisas tratam a questão como fetiche dos números e “propaganda enganosa e aparente” (VIELLA, 2008), “manipulação dos dados” (LIEBEL, 2003) e “marketing estatístico” (SILVA, 2003, 2010, 2011).

Essas pesquisas são relativas aos diversos mundos da exploração do trabalho infantil e sustentam aportes teórico-metodológicos que “duvidam” das fontes estatísticas e da procedência dos dados estatísticos oficiais, afirmando implícita e explicitamente que “os números mentem” (SEIFE, 2012). Os estudos supramencionados questionam o fetiche dessas cifras, cujo objetivo é, como diz Galeano (1999) na epígrafe no início do texto, “massagear os números” para ocultar as reais tensões e contradições entre

³ Os emails foram datados de 22/07/2010 e 28/07/2010, respectivamente. O objetivo deste procedimento foi, prioritariamente, coletar dados mais qualitativos em termos de representações sobre a diminuição ou desaparecimento da exploração do trabalho infantil na cultura da cana-de-açúcar em Pernambuco.

capital e trabalho. O critério para a escolha desses trabalhos justifica-se por se tratar de pesquisas recentes e cujo enunciado traz, de maneira incisiva, as críticas ao mito da exploração do trabalho infantil no Brasil e no mundo. Como, por exemplo, as fontes oficiais nacionais e internacionais (IBGE, OIT, UNICEF e outras).

A tese de Viella (2008), intitulada *Fetichismo da infância e do trabalho nos mapas do trabalho infantil*, faz uma análise interessante no terceiro capítulo (p.146) sobre “o trabalho infantil sob as lentes dos organismos nacionais e internacionais”. A autora faz um enorme esforço heurístico a partir dos “Mapas Indicativos do trabalho Infantil”, um de 1977 a 1999 e outro de 2005, tentando compreender a dança dos dados estatísticos e realizar análises comparativas entre os mapas. Nessa tese, a autora aborda a questão do fetiche dos dados desses organismos, advertindo sobre a dificuldade em se proceder a análises por causa dos desencontros das cifras em relação ao número de crianças trabalhadoras no mundo, seu recorte de faixa etária, períodos equivalentes de coleta de dados e outras variáveis. O que fica evidente é que a redução propagada é aparente e representa apenas uma “maquiagem”, pois o aumento da diversificação das atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes encontra-se em perfeita simbiose com as atuais transformações no mundo do trabalho. Também fica evidente que a suposta redução dos dados da exploração do trabalho infantil expõe apenas os limites dessas propostas de avaliação, forjadas apenas nas aparências dos dados quantitativos e da fiscalização, mostram a face oculta do capitalismo que gera pobreza e a inserção precoce das crianças no trabalho produtivo, deixando aberta a ferida da essencialidade do fenômeno trabalho infantil para o metabolismo global (VIELLA, 2008). Esse método empregado pelas estatísticas são a forma de propaganda mais eficaz quando se trata de desarmar os céticos, confundir a imprensa mídia e enganar o público (SEIFE, 2012), cujo fim é atender aos interesses político-eleitorais, que culmina forjar mudanças superficiais e emergenciais numa determinada região (VIELLA, 2008).

Nessa mesma direção, Manfred Liebel (2003), ao tratar da questão da legitimidade dos dados da OIT sobre o trabalho infantil, afirma que há controvérsias sobre a verossimilhança dos dados acerca das categorias “trabalho infantil tolerável”, “trabalho infantil intolerável” e “piores formas de trabalho infantil” (LIBEL, 2003). Isso significa dizer que, para além dessas categorias questionáveis, também se impõe o questionamento sobre a “falta de provas empíricas”. Há, nesse sentido, dúvidas sobre as fontes e os métodos de mediação sobre os quais estão fundamentados os dados indicados. E, além do mais, quais são os problemas práticos que surgiram na determinação do número de crianças trabalhadores em nível mundial, segundo critérios uniformes. Assim, analisando de forma mais rigorosa, percebe-se que os dados em questão se baseiam em fontes muito diferentes que, por sua vez, fundamentam-se em conceitos estatísticos que não são comparáveis. Outro autor que questiona os dados estatísticos oficiais é García (2010). Ele faz críticas à OIT, ao UNICEF e ao Banco Mundial sobre a pretensa diminuição das taxas ou erradicação do trabalho infantil. De acordo com o autor, trata-se de uma “extraña dictadura” as falsas promessas e ilusões vendidas por essas organizações que continuam profetizando a erradicação do trabalho infantil em 2016. Segundo ele, esses organismos e

seus discursos neoliberais não têm consistência para pôr fim às classes sociais, nem aos grupos do poder econômico que governam o mundo, pelo fato de haver, na atualidade, milhões de seres humanos condenados à insignificância, à miséria, ao desespero e ao abandono por parte do Estado. A “extraña dictadura” ou a “ditadura das sondagens” (FABRA, 1995) caminham na linha das críticas que faz Chossudovsky (1999, p.34-35) às instituições internacionais perpetuadoras do sistema econômico global com sua ideologia econômica capitalista que distorce as causas da pobreza mundial ao manipular os números sobre essa situação. Segundo ele, isso vem aumentando porque o discurso dominante tem aumentado sua influência nas instituições acadêmicas e de pesquisa pelo mundo afora, impondo o pressuposto de que a realidade social e econômica deve ser vista através de um único conjunto de relações econômicas fictícias, cujo objetivo é dissimular as “manipulações do sistema econômico global”. Nessa perspectiva, o Banco Mundial desempenha um papel-chave, ao promover pesquisa sobre as chamadas dimensões sociais do ajuste. Essa dimensão ética, consubstanciada pelas categorias subjacentes ao seu discurso, como, por exemplo, diminuição da pobreza, questões ligadas ao gênero, equidade etc., emprestam uma “face humana” às instituições de Bretton Woods e, consecutivamente, uma aparência de um questionável compromisso com as mudanças sociais. Em suma, através da manipulação das estatísticas de renda, as cifras do Banco Mundial servem ao útil propósito de representar o pobre nos países em desenvolvimento (CHOSSUDOVSKY, 1999, p.34-35) e, ironicamente, ao mesmo tempo, como um defensor da “erradicação da miséria” nos países periféricos.

RECUPERANDO OS DADOS, ACHADOS E CONCLUSÕES DA PESQUISA REALIZADA DE 1996 A 2003

Na tentativa de compreender e problematizar os dados estatísticos sobre a diminuição ou erradicação da exploração do trabalho infantil na atualidade, torna-se necessário recuperar os dados, achados e conclusões encontrados na tese de doutorado (SILVA, 2000) e no livro (SILVA, 2003) e citados na introdução. A centralidade da problemática dos estudos tinha como escopo o usufruto pleno, precário ou subsumido do tempo destinado à manifestação da cultura lúdica das crianças trabalhadoras exploradas da Zona da Mata canavieira pernambucana ou mesorregião⁴. Os objetivos propostos nessa investigação foram assim evocados: “investigar o mundo da exploração do trabalho infantil dos canaviais de Pernambuco, visando buscar elementos para o entendimento do significado da cultura lúdica em suas vidas cotidianas”. Trata-se de uma investigação realizada no âmbito do mundo da exploração do trabalho infantil e da cultura lúdica das crianças da Zona da Mata canavieira pernambucana, cuja questão central foi formulada da seguinte forma: “O capitalismo, com toda a sua carga destrutiva do trabalho alienado, conseguiu suprimir total ou parcialmente o tempo de lazer/lúdico das crianças canavieiras?”

⁴ Segundo Andrade (1998), trata-se da antiga Zona da Mata, hoje denominada Mesorregião da Mata, que compreende a porção oriental do estado de Pernambuco, situada nas proximidades do litoral e onde, secularmente, desenvolveu-se a colonização da cana-de-açúcar.

Durante todo o processo de construção da pesquisa, ficaram nítidas as consequências da crise do capitalismo, nas quais estão nitidamente marcados os efeitos da acumulação flexível neoliberal e suas repercussões e mutações sob o mundo do trabalho da cana-de-açúcar. Essas mudanças foram engendradas pelos gestores do capitalismo internacional (FMI e Banco Mundial), através dos Planos de Ajuste Estrutural. Portanto, pode-se dizer que as repercussões da Globalização da Economia, no que diz respeito à crise e seus impactos da reestruturação produtiva na região da Zona da Mata açucareira pernambucana, vinham produzindo, de forma avassaladora, a destruição da força humana de trabalho, do meio ambiente, da família, da infância, da juventude e da velhice.

Em síntese, nos estudos supramencionados, Silva (2000, 2003) chegou à conclusão que “são falsas e impossíveis as promessas neoliberais, pelo fim da exploração do trabalho infantil, uma vez que a exploração é necessária e inerente à própria perpetuação do modo de produção capitalista”. Assim, ficou evidente nessas pesquisas que, enquanto o ser social estiver imerso no reino da necessidade e sob a regência da exploração generalizada e da potência estranha que o domina, não é possível radicalmente falar-se em emancipação da condição humana, da infância, da cidadania. Todas essas conquistas só serão possíveis de ser realizadas à luz de políticas sociais, não apenas emergenciais e provisórias, mas, efetivamente, estruturadoras, nos seguintes âmbitos: trabalho, reforma agrária, educação pública gratuita e de qualidade, saúde e previdência social, entre outras (SILVA, 2000, 2003).

AFINAL, ACABOU A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA ZONA DA MATA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO?

A coleta de dados exploratória trouxe as seguintes evidências empíricas, oriundas das entrevistas-questionário *on-line*,⁵ realizadas com o representante da FETAPE e com o membro da Procuradoria do Trabalho e do FEPETIPE:

(1) Não existem trabalhos de menores nas usinas de cana-de-açúcar em Pernambuco. “Em alguma eventualidade são flagrados quando trazidos de outras regiões por **gatos**, que desenvolvem **trabalho clandestino**, sem contrato de trabalho e em engenhos particulares de fornecedores de cana” (grifos meus);

(2) Existem decisões judiciais do Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco e da Procuradoria do Trabalho Infantil em Pernambuco;

⁵ (1) Dizem que a exploração do trabalho infantil na cana acabou e ninguém consegue ver uma criança trabalhando lá hoje em dia. Isso é verdade? Por quê? (2) Dizem que na cana a exploração do trabalho infantil acabou por causa da visibilidade da questão (mídia etc.) e das ações de fiscalização do Governo. Isso é verdade? (3) Dizem, também, que há relatórios que dizem que o trabalho infantil na cana acabou por causa da Bolsa Família. Isso é verdade? (4) Uma outra coisa que se comenta é que as crianças não estão trabalhando na cana, pois migraram ou estão em outros ramos da agricultura, tais como: casas de farinha, carvoarias, trabalho doméstico e outros. Isso é verdade? (5) Por fim, vocês da FETAPE acreditam na “erradicação” do trabalho infantil, considerando a situação de desemprego ou trabalho precário dos pais (subempregos)? (6) Como está a situação das famílias, das crianças e jovens, hoje em dia, considerando o fechamento das usinas? O que substituiu a cultura da cana onde eram as usinas?

(3) O Programa Bolsa Família “contribuiu para a *conscientização* dos pais não levarem seus filhos menores para o serviço da cana-de-açúcar” (grifos meus);

(4) O trabalho do menor, “na agricultura familiar, **em casa de farinha e em outros serviços domésticos, geralmente é da região de lavoura branca e não da região canavieira**”. “É ainda comum encontrar na agricultura familiar os **filhos ajudando os pais na lavoura**” (grifos meus);

(5) A erradicação do trabalho infantil na sua totalidade é difícil de acreditar, uma vez que “a agricultura familiar ainda precisa da ajuda e **contribuição dos filhos, mesmo em parte do dia, após o horário da escola**”. Mas, sem dúvida, “o uso dessa **mão de obra diminuiu muito**” (grifos meus); e

(6) As famílias que antes eram assalariadas e “em razão da **desapropriação de terras** conseguiram um lote ou uma parcela tornaram-se **agricultores familiares** e outros não tiveram a mesma sorte **na mudança da condição de assalariado para agricultor familiar**, mas mesmo com dificuldades continuam tocando sua parcela”. Quanto “às crianças e aos jovens, estes convivem com os pais, também com **ajuda da Bolsa Família**” (grifos meus).

Das perguntas realizadas com a Procuradora do Trabalho, podem-se abstrair as seguintes respostas:

(1) “Não tenho conhecimento nem constatei em **nenhuma das fiscalizações feitas a presença de crianças na lavoura da cana**. Ano passado, houve a constatação de um adolescente de 16 anos, sendo apenas este o único caso recente de meu conhecimento. Essa realidade **se deve ao forte trabalho feito pelo Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em PE (FEPETIPE)**, que no início do programa PETI, em meados de 95, **focou esforços no setor da cana-de-açúcar, a partir do trabalho de vários parceiros para otimização e cumprimento das metas do mencionado programa federal - integrado ao Programa Bolsa Família em 2005 - no Estado de Pernambuco**” (grifos meus), valendo ressaltar o esmero da Assistente Social do SINDAÇÚCAR/PE, Mabel Carvalho, que coordena o FEPETIPE desde então;

(2) Uma das repórteres amigas da criança, Beatriz Castro, da Rede Globo Nordeste/PE, comentou em recente livro que sempre que fazia uma reportagem sobre o assunto, “nessa época de 1995 a 2000, havia **o aumento de metas do PETI no Estado**”. Ou seja, mais crianças eram inseridas no programa e **retiradas da situação de trabalho** (grifos meus). E essas reportagens comumente eram feitas em acompanhamento às fiscalizações empreendidas em conjunto pelo Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego;

(3) “Infelizmente, houve erradicação apenas no setor da cana, ainda existindo crianças em situação de trabalho em outros âmbitos, principalmente nas **casas de farinha, na mendicância e na agricultura familiar**. **Os números de trabalho doméstico são subdimensionados, por conta da invisibilidade do problema, dificilmente documentado, apesar de sabermos da efetiva existência**. Mas é importante ressaltar que houve uma **diminuição de fato nos números de PE, conforme dados do IBGE: na PNAD anterior detectou-se 270.000 crianças/adolescentes em**

situação de trabalho e na mais recente 232.000 em Pernambuco” (grifos meus); e

(4) “Pernambuco tem uma peculiaridade: apesar de estarem ativas apenas 22 Usinas, existem mais de 14.000 fornecedores de cana, a maioria muito pequenos, que sobrevivem com verbas do PRONAF e da agricultura familiar. A situação do setor é, portanto, bastante heterogênea. **Há usinas que dão boas condições aos trabalhadores e suas famílias, há fornecedores de cana que também assim procedem, mas há situações limites em que se constatou até condição análoga à de escravo**”. “Não há aqui, por conta do relevo, prazos para mecanização da produção ou substituição da cana de açúcar por outra cultura, sendo o setor responsável por 100 mil empregos e objeto de vários programas de apoio do Governo Estadual, como o **chapéu de palha, que fornece bolsa aos trabalhadores na entressafra da cana**” (grifos meus).

Os dados obtidos nas entrevistas-questionário revelam a multidimensionalidade e complexidade do fenômeno, em razão da falta de credibilidade das estatísticas oficiais e todo o *marketing* que as cerca. Esse fato torna-se ainda mais dramático e complexo, quando se leva em conta que a região sulcroalcooleira pernambucana, de um lado, traz uma história de miséria absoluta, êxodo rural para os grandes centros urbanos, como, por exemplo, a cidade do Recife, que ao longo dos tempos vem se traduzindo na “luta cotidiana pela subversão da ordem colonial monocultura da cana-de-açúcar, secularmente cunhada a ferro, brasa e privação” (SILVA, 2003); e, de outro lado, há indícios do Governo Federal que apontam para a diminuição e até para a extinção da exploração do trabalho de crianças na cana-de-açúcar, tendo em vista as “boas práticas” implementadas pelo advento da Bolsa Família.

Esse imbróglcio requer dos pesquisadores uma enorme atenção aos dados estatísticos oficiais e às representações sociais dos trabalhadores da cana. Urge pesquisar, utilizando a dialética entre quantidade e qualidade, buscando pensar por contradição e encontrar as chaves da interpretação e análise desse fenômeno. Esses procedimentos teórico-metodológicos devem tentar desocultar a névoa da ideologia do capitalismo neoliberal ou neoliberalismo social que encobrem as políticas públicas e sociais, via de regra, assentadas na filantropia, no assistencialismo e, conseqüentemente, na perpetuação do capital.

O desafio é árduo para os movimentos sociais e sindicatos, principalmente em tempos de cooptação destes nas duas gestões do governo Lula e atualmente no governo de Dilma (ANTUNES, 2005). Nesse sentido, proponho realizar um movimento contraideológico e epistemológico que implica uma luta contra a manipulação dos estatísticos em geral e, em especial, contra a manipulação dos dados estatísticos sobre as crianças e jovens explorados e tratados como números e mercadorias geradoras de valor. Assim, impõe-se a necessidade de realização de estudos com ênfase nas abordagens participativas (pesquisa-ação e pesquisa participante) com os movimentos sociais, ONGs e sindicatos.

Passados dezesseis anos da realização das pesquisas em análise (1996 a 2012), a intenção da continuidade e releitura das pesquisas de Silva (2000,

2003) é daqui para adiante, na medida do possível, com o apoio dos sindicatos, movimentos sociais, ONGs e órgãos oficiais locais, voltar ao campo canavieiro e “re-visitar” os dados, para investigar (entrevistar) os trabalhadores, outrora crianças, hoje adultos e jovens, visando compreender e problematizar suas trajetórias e inserções no mundo do trabalho na cana-de-açúcar e para além deste. Os desafios que colocam para os pesquisadores, sindicatos e movimentos sociais são, de fato, enormes, considerando que há uma constatação aligeirada de que “não existem trabalhos de crianças nas usinas de cana-de-açúcar em Pernambuco”. Ponto final! Todavia, o que está em suspenso e sem respostas plausíveis é: O que fazem as crianças que estão na escola quando estão fora dela? Existem crianças fora da escola? Em que tipo de atividades essas crianças ajudam os seus pais? Elas trabalham clandestinamente para terceiros (“gatos”) com anuência dos pais? Elas têm tempo efetivamente livre para brincar ou em que medida o trabalho escolar e as atividades domésticas ocupam seus tempos não escolares?

Nas respostas concedidas pela FETAPE, pode-se observar que a situação da exploração do trabalho infantil nos canaviais de Pernambuco pode ser explicada a partir dos termos diminuição e erradicação. Admitindo a diminuição ou o desaparecimento do trabalho infantil nessa região, pode-se intuir que, apesar das mudanças de forma e não de conteúdo, verifica-se o crescimento da ideologia da inclusão social. Esta está compreendida na perspectiva das políticas públicas do governo de Luís Inácio da Silva e, atualmente, do governo de Dilma Russef desenvolvidas naquela região, cujas dimensões emergenciais, filantrópicas, paternalistas e assistencialistas têm sido bastante criticadas por diversos pesquisadores e, especialmente, por Silva (2000, 2003) e Silva, Silveira e Ávila (2007). Os programas oriundos dessas políticas (Bolsa Família) operam no imediatismo causal, isto é, quanto mais se distribui a Bolsa Família, maior o alarde sobre a diminuição ou erradicação da miséria secular na cana-de-açúcar, conforme opinião da FETAPE: “O Programa Bolsa Família contribuiu para a conscientização dos pais não levarem seus filhos menores para o serviço da cana-de-açúcar.”

Outra questão que remete a reflexão para a pseudoconcreticidade do problema e que precisa ser investigada com maior profundidade é a alegação de que a fiscalização ostensiva diminui as taxas de crianças trabalhando no campo. A fiscalização por parte do Ministério do Trabalho é de suma relevância, mas, por outro lado, possui um caráter de provisoriedade e causalidade. Isso significa dizer que a fiscalização poderá ficar apenas na aparência do fenômeno e, assim, camuflar a realidade das crianças efetivamente envolvidas no processo de exploração da força humana de trabalho. Assim, é possível que não se veja as crianças trabalhando, talvez pelo fato da fiscalização e proibição gerarem uma certa invisibilidade (trabalho invisível), considerando, e esta é uma hipótese, a migração das crianças para outros mundos do trabalho (casas de farinha, borracharias, agricultura familiar e outros). Com efeito, esse fato pode, eventualmente, gerar uma exploração invisível do trabalho das crianças: em alguma eventualidade essa exploração é flagrada quando trazidas de outras regiões por “gatos”, que desenvolvem trabalho clandestino, sem contrato de trabalho e em engenhos particulares de fornecedores de cana.

De acordo com a entrevista-questionário, há controvérsias sobre a possível migração das crianças para outros mundos do trabalho, como casa de farinha e outros serviços domésticos, pois o “trabalho do menor na agricultura familiar, em casa de farinha e em outros serviços domésticos geralmente é da região de lavoura branca e não da região canavieira”. Essa afirmação carece de pesquisas mais localizadas, estudos de caso comparativos, no sentido de apreender se, de fato, as crianças que outrora trabalhavam, hoje vão à escola e apenas “ajudam” na agricultura familiar. Esse procedimento é de suma relevância, uma vez que se torna imprescindível apreender as bases ontológicas e epistemológicas do chamado trabalho como princípio educativo, considerando que ainda é “comum encontrar na agricultura familiar os filhos ajudando os pais na lavoura”. Estudos dessa natureza urgem mais ainda quando se percebe no discurso (FETAPE) uma certa tendência contraditória, ao afirmar com certo ceticismo que, de um lado, a exploração do trabalho diminui ou está erradicado da cana-de-açúcar; de outro lado, que “a erradicação do trabalho infantil na sua totalidade é difícil de acreditar, uma vez que a agricultura familiar ainda precisa da ajuda e contribuição dos filhos, mesmo em parte do dia, após o horário da escola”.

O envolvimento dos sindicatos e movimentos sociais na luta contra a exploração do trabalho infantil é outra questão que merece ser mais investigada. Diferentemente do que investiguei de 1996 a 2003, hoje, grande parte dos sindicatos não trata mais com veemência a exploração do trabalho infantil. Por que será? Será em virtude da cooptação de algumas centrais sindicais e movimentos sociais pelo governo Lula em seus dois mandatos? Por que há um certo tom de celebração das boas práticas do “fim da exploração do trabalho infantil na Zona da Mata canavieira”? A pergunta fica em aberto para os próximos passos da pesquisa.

Nesse contexto, o que está também em suspenso e precisa, também, de aprofundamento teórico é a questão da política fundiária e, conseqüentemente, os reais efeitos da Reforma Agrária nessa região e as relações desta com a diminuição/erradicação do trabalho infantil. As perguntas que precisam de respostas consubstanciadas e dados quantitativos e qualitativos são: Em que medida pode-se afirmar que, juntamente com a Bolsa Família, a Reforma Agrária de fato é responsável pela permanência das famílias nessa região? O trabalho na agricultura familiar pode ser a solução para a diminuição ou erradicação da exploração do trabalho infantil nesses rincões doce-amargos? Essas perguntas se justificam diante dos dados obtidos na fase exploratória da pesquisa:

As famílias que antes eram assalariadas e em razão da desapropriação de terras conseguiram um lote ou uma parcela, tornaram-se *agricultores familiares*, e outros não tiveram a mesma sorte na mudança da condição de assalariado para agricultor familiar, mas “mesmo com dificuldades continuam tocando sua parcela”. Quanto às crianças e aos jovens, estes convivem com os pais, também com **ajuda da Bolsa Família** (grifos meus).

Das perguntas realizadas com a Procuradora do Trabalho e a FETAPE, pode-se perceber que, quando se fala em diminuição dos dados estatísticos, há uma crença insofismável do papel da fiscalização do Ministério do Trabalho, aliado aos efeitos da Bolsa Família. Em suma, esses dois fatores

se constituem em elementos-chave para a otimização e cumprimento das metas do Governo Federal. No que tange à erradicação do trabalho infantil na cana, de acordo com a procuradora, o processo de fiscalização foi bastante intenso de 1995 a 2000, reduzindo as taxas, mas restringindo-se apenas ao setor da cana, não se estendendo, portanto, para outros mundos do trabalho como, por exemplo, o trabalho doméstico e outros. Sobre uma efetiva diminuição do número de crianças trabalhando na cana, a Procuradora do Trabalho destaca:

É importante ressaltar que houve uma diminuição de fato nos números de PE, conforme dados do IBGE: na PNAD anterior detectou-se 270.000 crianças/adolescentes em situação de trabalho e na mais recente 232.000 em Pernambuco. Pernambuco tem uma peculiaridade: apesar de estarem ativas apenas 22 Usinas, existem mais de 14.000 fornecedores de cana, **a maioria muito pequenos, que sobrevivem com verbas do Pronaf e da agricultura familiar.** A situação do setor é, portanto, bastante heterogênea. Há Usinas que dão boas condições aos trabalhadores e suas famílias, há fornecedores de cana que também assim procedem, mas há situações limites em que se constatou até condição análoga a de escravo (grifos meus).

Nas palavras da entrevistada, pode-se inferir a grande dificuldade em se avaliar os dados meramente estatísticos com base em dados meramente quantitativos, colocando a credibilidade desses dados em xeque. A sua fala aponta contradições e indica a fragilidade dos programas implementados no âmbito das políticas públicas (PRONAF, Agricultura familiar). Dá para perceber o modo como algumas usinas permanecem seu curso produtivo, com base no trabalho escravo, como se estivessem, ainda, no processo da industrialização análogo à “situação da classe trabalhadora na Inglaterra” no século XIX (ENGELS, 1985). Pode-se perceber, ainda, que todo o *marketing* da diminuição ou erradicação da exploração do trabalho infantil é centralizado apenas na imagem da criança, uma vez que os adultos (famílias) continuam imersos na exploração como antes. A única diferença é que agora a criança trabalha, isto é, ganha uma bolsa para a família, vai à escola (a qualquer escola) e seus pais continuam a saga transgeracional do trabalho produtivo em prol do capital.

As políticas públicas nesta região continuam carentes de cidadania; sem resolver política, econômica e cientificamente o problema da mecanização e da monocultura da cana nestes meandros. O que resta de todo esse processo é a instabilidade das políticas emergenciais e não as políticas estruturadoras prometidas no período de 1996 a 2003, período em que investiguei esta região, que continuam seguindo seu curso até a atualidade. Não há aqui, por conta do relevo, prazos para mecanização da produção ou substituição da cana-de-açúcar por outra cultura, sendo o setor responsável por 100 mil empregos e objeto de vários programas de apoio do Governo Estadual, como o "chapéu de palha", que **fornece bolsa aos trabalhadores na entressafra da cana.**

Não se constitui em nenhuma tarefa fácil enfrentar, criticamente, os dados estatísticos oficiais e os usos que deles são feitos, em termos de políticas públicas, conforme apontam os dados obtidos. Isso se deve, provavelmente, pelo fato de já terem sido implementadas, até agora, diversas ações de caráter emergencial que, de algum modo, contribuem para a ilusão da diminuição das cifras de crianças trabalhando na palha da cana e, consecutivamente, para o mito da erradicação da exploração do trabalho

infantil em Pernambuco e em diversas regiões do país. Nesse caso, é evidente que já começaram a ser implementados diversas iniciativas e programas de combate ao trabalho precoce, privilegiando as suas consideradas "piores formas". Tal fato resultou numa redução aparente desse problema que não pode ser menosprezada. Em poucos anos, no entanto, os impactos dessas medidas chegaram a um limite, fazendo com que a tendência de redução desse fenômeno torne-se mais lenta.

A consequência disso é que milhares de crianças e adolescentes brasileiros continuam tendo que exercer o papel de provedoras da renda familiar, trabalhando prematuramente e em condições bastante adversas, com prejuízos para o seu desenvolvimento e o seu futuro. Por outro lado, há a realidade de crianças e jovens que colaboram com a família ou asseguram a própria sobrevivência da família com os recursos da Bolsa Família (WEISSHEIMER, 2006; SILVA, 2003). A questão dos impactos do Programa Bolsa Família, no que tange à possível diminuição das taxas de exploração do trabalho infantil, precisa ser levada em conta nas pesquisas, a partir das dimensões qualitativas nos dados quantitativos (estatísticas). Nesses termos, é preciso ainda retomar os estudos sobre essa questão polêmica que, de um lado, celebra positivamente os impactos de tal programa e, de outro lado, reconhece como insuficiente e insatisfatória a articulação entre transferência monetária às famílias e a participação de seus membros em programas estruturantes de inclusão social. Essas questões são cruciais, se tomadas de forma crítica e propositiva, visando tensionar e desocultar os impactos da Bolsa Família como elemento de redução das cifras da exploração do trabalho infantil e, conseqüentemente, de redução da pobreza (SILVA, 2003; WEISSHEIMER, 2006; SILVA; LIMA, 2010).

Face ao exposto, uma pergunta torna-se crucial, no sentido de desocultar a cortina de fumaça que encobre os dados estatísticos oficiais na cana-de-açúcar: É possível, em tão pouco tempo, haver mudanças radicais em uma realidade tão castigada pela ação destrutiva do capital no mundo rural? Essa pergunta nos remete às relações imbricadas entre campo e cidade. Já havia observado na pesquisa de campo na cidade do Recife outras formas de degradação do humano, da infância, do trabalho e da vida que me fizeram compreender, por exemplo, os dilemas das famílias que migram neste jogo perverso de ir e vir para a miséria e a degradação social urbana (violência, tráfico de drogas, desemprego, trabalho precário, meio ambiente degradado, esgotos a céu aberto e palafitas contrastando com "shoppings centers", condomínios fechados, edifícios luxuosos). Do ponto de vista rural, temos desemprego, trabalho precário, trabalho escravo, usinas falidas e outras em decadência, migração para as pequenas e grandes cidades, prostituição, mendicância, alcoolismo e fome.

PARA CONCLUIR AGORA E CONTINUAR INVESTIGANDO...

As conclusões refletem a provisoriamente da pesquisa em sua fase exploratória. A pergunta-título "afinal acabou a exploração do trabalho infantil na Zona da mata canavieira de Pernambuco?", continuará seu curso nas próximas etapas da pesquisa.

Grosso modo, as conclusões indicam que os discursos proferidos pela Procuradoria do Trabalho e do FEPETIPE (Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco) e pela FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco) revelam a complexidade do fenômeno, em razão da falta de credibilidade das estatísticas oficiais e todo o *marketing* que as cerca, além da falta de estudos que radicalizam, de um lado, a dança dos números e, de outro lado, os argumentos qualitativos inconsistentes sobre a diminuição ou erradicação do trabalho infantil na região. Esse fato torna-se ainda mais dramático e complexo quando se leva em conta que a região sulcraolcoleira pernambucana, de um lado, traz uma história de miséria absoluta e êxodo rural para os grandes centros urbanos (Recife) que, ao longo dos tempos, vem se traduzindo na “luta cotidiana pela subversão da ordem colonial [da] monocultura da cana-de-açúcar, secularmente cunhada a ferro, brasa e privação” (SILVA, 2003); de outro lado, há indícios do Governo Federal que apontam para a diminuição e até para a extinção da exploração do trabalho de crianças na cana-de-açúcar, tendo em vista as “boas práticas” implementadas pelo advento da Bolsa Família.

Tanto os dados estatísticos quanto o discurso abolicionista do trabalho infantil requerem dos pesquisadores uma enorme atenção aos dados estatísticos oficiais, às representações sociais dos discursos dos sindicatos, movimentos sociais e das ONGs, no sentido de apreender e problematizar as contradições que subjazem os discursos e práticas que norteiam as políticas públicas. Urge pesquisar, utilizando a dialética entre quantidade e qualidade, instaurar no cotidiano a luta política e a pesquisa, para, assim, buscar as chaves da interpretação e análise crítica desse fenômeno. Esses procedimentos teórico-metodológicos devem tentar desocultar a névoa da ideologia que encobre o neoliberalismo social, que se utiliza da manipulação das estatísticas para ocultar as destruições das forças produtivas. Ademais, subjacente a tudo isso, está implícita e explícita a instauração da caridade como política e esta implica redução “natural” dos empregos e dos salários que justificam a necessidade de políticas compensatórias, engendradas pelo capitalismo humanizado, para corrigir excessos do liberalismo econômico (CASTRO, 2003; VIELLA, 2008). Nesse sentido, só nos resta instaurar uma luta teórica e contraideológica, uma luta radical e crítica, no sentido de problematizar as estatísticas, às quais subjaz a ideia de criança empobrecida como mero número e mercadoria geradora de valor.

Diante disso, cumpre, diante da falseabilidade e “mudez” dos dados quantitativos, admitir que eles permaneçam mudos até serem corretamente interrogados (ordenados e analisados) com o auxílio de uma teoria consistente e uma leitura crítica e radical da conjuntura forjada pelo capitalismo neoliberal. Diante do exposto, ficam os seguintes pontos e desafios para uma agenda científica e militante que tenha como eixo epistemológico e ideológico as atividades de pesquisa, reflexão e intervenção crítica, tanto nas universidades (da formação inicial e continuada à pós-graduação), quanto nos sindicatos e movimentos sociais:

(a) No intuito de avançar para além da pesquisa exploratória, torna-se fundamental realizar os seguintes procedimentos teórico-metodológicos: incursões nas pesquisas qualitativas e quantitativas sobre este fenômeno;

(b) Nessa mesma direção, retomar a pesquisa de campo com os sindicatos (FETAPE) e realizar entrevistas com os sujeitos da pesquisa (outras crianças e hoje trabalhadores adultos), realizada de 1996 a 2000, buscando analisar a trajetória no mundo do trabalho da cana desses sujeitos;

(c) Analisar os dados presentes nas fontes documentais atuais tais como: mapas, relatórios e outras;⁶

(d) Um importante desafio é continuar o debate crítico acumulado sobre as possíveis relações entre diminuição ou erradicação do trabalho infantil (“pela raiz”) e as políticas públicas do “neoliberalismo social” (Bolsa Família), realizadas nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, cuja implementação, com seu “marketing político”, contou com a articulação, adesão e cooptação de algumas centrais sindicais, movimentos sociais e ONGs;

(e) Na contramão do *marketing* e do uso político das estatísticas (SANTOS, 2002), considerar que o discurso abolicionista do trabalho infantil, ou melhor, da exploração do trabalho infantil e da miséria é incongruente com a “crise estrutural do capital e nova morfologia do trabalho” (trabalho precário, além de exemplos de trabalho escravo no campo, nos rincões do latifúndio) e do “aviltamento do trabalho” (ANTUNES, 2007, 2008; MÉSZÁROS, 2009), cujo processo “inclui até a medula” (FORRESTER, 1997) milhões de trabalhadores à degradação do trabalho produtivo na ordem da precarização e acumulação flexível.

Encerro provisoriamente o texto com um poema de Mário Quintana citado em Silva (2000) e, depois, em Silva (2003): “o passado não reconhece o seu lugar, está sempre presente”, visando, na contramão do anúncio do fim da exploração do trabalho infantil, levantar novas hipóteses sobre a existência, nos dias atuais, de forma velada ou explícita, de possíveis focos de exploração do trabalho infanto-juvenil da região investigada.

Por fim, ficam mais indagações do que respostas para serem respondidas nas próximas pesquisas, a saber:

- Será que a exploração do trabalho infantil na Zona da Mata canavieira pernambucana tornou-se, efetivamente, coisa do passado?

- Como pode essa região ter superado a velha saga da exploração secular? Como pode ter superado as contradições de classe e entre trabalho, capital e propriedade fundiária?

- Como vivem ou sobrevivem as crianças no campo canavieiro na atualidade em meio ao advento das políticas e programas de inclusão social do Governo Federal?

⁶ Refiro-me ao “Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente no ano de 1999” (Ministério do Trabalho e Emprego); ao “Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente no ano de 2005” (Ministério do Trabalho e Emprego); aos “Mapas de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente 2005 - Região Nordeste/Pernambuco” (Ministério do Trabalho e Emprego); ao “Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco”; aos documentos do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco (CEDCA) e da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Governo de Pernambuco (SDSDH/2007).

- Como vivem e sobrevivem os adultos e jovens que outrora eram crianças durante a realização do estudo demarcado entre 1996 e 2000?

- Pode-se, de fato, afirmar que a qualidade de vida das crianças e dos jovens na região da Zona da Mata sulcraolcoleira, de fato, na atualidade, mudou e que elas vivem novos tempos de “inclusão” escolar e no lazer, além da melhoria das condições de vida e trabalho de seus pais?

Essas perguntas serão objeto dos próximos estudos a serem realizados por este pesquisador.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**. 6.ed. Recife: EDUFPE, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. **A desertificação neoliberal no Brasil** (COLLOR, FHC e LULA). Campinas: Autores Associados, 2005.
- _____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **O que temos a comemorar?** Folha de São Paulo, 02/05/2008.
- ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? In: DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.). **O banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.
- BESSON, Jean-Louis. **A ilusão das Estatísticas**. São Paulo: UNESP, 1995.
- CASTRO, Ramón Peña. Novamente sobre a questão do trabalho. **Trabalho necessário**, ano 1, n.1, 2003. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario>>. Acesso em: 2 ago. 2010.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do fmi e do banco mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.
- FABRA, Paul. A Economia Cega: Entrevista com Paul Fabra. In: BESSON, Jean-Louis. **A Ilusão das Estatísticas**. São Paulo: UNESP, 1995.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.
- GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar**: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- GARCÍA, Enrique M. Jaramillo. Una extraña dictadura amenaza a nivel global a los niños, niñas y adolescentes trabajadores. **Revista pedagógica**, v.1, n.24, jan.-jun. 2010.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LIEBEL, Manfred. Repensar la mirada adulta: pobreza infantil, trabajo infantil y la nueva subjetividad de la infancia. **NATs** (Revista internacional desde Niños y Adolescentes Trabajadores), Año VII, n.15, p.174-179, set. 2003.
- _____. História de êxito o desorientación? El nuevo informe de La OIT sobre El trabajo infantil. **NATs** (Revista internacional desde Niños y Adolescentes Trabajadores), Año VII, n.15, p.174-179, set. 2006.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1988.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

- MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.
- SANTOS, Milton. Contra o uso político das estatísticas. In: SANTOS, Milton. **O País distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SEIFE, Charles. **Os números (não) mentem**: Como a matemática pode ser usada para enganar você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- SILVA, Maurício Roberto da. **O assalto à infância no mundo amargo da cana-de-açúcar**: onde está o lazer? O gato comeu? Campinas: Unicamp, 2000. (Tese de Doutorado).
- _____. **Trama Doce-Amarga**: (Exploração do) Trabalho Infantil e Cultura Lúdica. São Paulo: HUCITEC, 2003.
- _____. Reflexões teórico-metodológicas sobre os dados da exploração do trabalho infantil: ou como transformar crianças e jovens em números. **Revista Pedagógica**, v.24, n.1, 2010.
- _____. As estatísticas oficiais sobre a exploração do trabalho infantil: ou como o capital transforma crianças e jovens em números. In: ENCONTRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO-EBEM, 5., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2011.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Amada (Org.). **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, Maurício Roberto da; SILVEIRA, Juliano; ÁVILA, Astrid Baecker. Políticas Públicas para o Esporte: Cidadania e Inclusão Social. In: SILVA, Maurício Roberto da (Org.). **Esporte, Educação, Estado e Sociedade**: As Políticas Sociais em Foco. Chapecó, SC: Argos, 2007.
- TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Programas sociais de esporte e lazer na escola e na comunidade: as evidências de exclusão social e educacional na sociedade brasileira. **Revista Motrivivência**, ano XXIV, n.38, p.135-148 jun.2012.
- THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Polis, 1982.
- WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- VIÉLLA, Maria dos Anjos Lopes. **Fetichismo da Infância e do trabalho nos mapas do trabalho infantil**. Florianópolis: CCE/UFSC, 2008. (Tese de Doutorado).

Data da submissão: 04/12/12
Data da aprovação: 20/12/12